

Regiões Urbanas Brasileiras e os Investimentos Desiguais do BNDES

Auto: Gilberto Oliveira da Silva Junior

Quando se fala em ordenamento territorial logo o que vêm ao pensamento é se existe um bom ou um mau ordenamento. Se a realização de determinado ordenamento pode servir à melhoramentos na vida cotidiana das pessoas ou se é somente um instrumento de uma instância “superior” capaz de fazer com que todas as ações sejam destinadas ao crescimento de sua força.

Compreendendo o espaço como a simultaneidade das diferenças onde atores coexistem nas contradições e nas tensões percebe-se a dificuldade e até a inocência de se caracterizar um ordenamento como para o bem ou para o mau. Creio que a questão mais coerente seria a sua eficácia, já que com tantas contradições é impossível um ordenamento com apenas boas ou más repercussões, ou mesmo que atue somente em uma determinada parcela da sociedade sem que as demais fossem, de alguma forma, afetadas. Cabe aqui ressaltar que eficácia não significa que o planejamento deva ser o executado *ipsi litteris* sem a menor mudança ou revisões constantes. Pelo contrário, a eficácia pode ser medida, principalmente, pela consecução de sua adaptabilidade perante as inúmeras transformações, contradições e também nas crises. Se tomarmos como exemplo o modo de produção capitalista veremos que um dos pontos fundamentais de sua eficácia e “perenidade” é exatamente a sua destreza em lidar com as contradições. É certo afirmar que as contradições estão crescendo cada vez mais e tendendo à pontos, talvez, insuportáveis (já insuportáveis para muitos), mas isso já levaria a uma outra discussão.

No caso do ordenamento territorial, para que ele tenha eficácia é de suma importância que se estabeleça três pontos: a área de atuação, os principais agentes (que pode variar no tempo) e a forma de análise e atuação (método).

Historicamente, o Estado brasileiro promoveu diretamente modificações significativas na realidade e no sentido do território. Tal processo é proveniente de períodos anteriores quando as políticas econômicas se baseavam na força do Estado, instrumentalizado por um amplo aparelhamento institucional.

Um dos órgãos que melhor representa o aparelhamento do Estado brasileiro e sem dúvida um dos mais atuantes no processo de ordenamento territorial do país nas últimas cinco décadas, foi o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

A importância do BNDES pode ser descrita, de maneira geral, em três pontos: Em primeiro lugar, por tratar-se de uma instituição pública, nascida e consolidada através de diferentes fontes de recursos provenientes do povo brasileiro, como o imposto de renda, o PIS/PASEP e, atualmente, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), utilizados para financiar diversos setores produtivos que possuem grandes implicações no território nacional. O segundo motivo é pela grandeza alcançada pela instituição ao longo de cinquenta anos (1952 – 2002), abrindo um enorme leque de possibilidades a serem financiadas com os volumosos recursos do banco. Nestes cinquenta anos o BNDES desembolsou cerca de R\$ 500 bilhões, corroborando assim com a sua magnitude. Tendo um grande volume de recursos e decidindo onde utilizá-lo, fica clara a posição desta instituição como um dos principais instrumentos do ordenamento territorial no Brasil.

Em terceiro lugar, existe o fato de ser uma instituição definida como a principal promotora do desenvolvimento do Brasil. Criado no âmbito do nacional desenvolvimentismo, o BNDES carrega em toda a sua história um amplo conjunto de políticas implementadas a fim de contribuir com a organização do território nacional, sempre se apresentando como o lugar por excelência das inúmeras transformações e como o principal executor de planejamentos tão díspares como o Plano de Metas (década de 50) e o Plano Nacional de Desestatização (década de 90).

ORIGENS DO BNDES

Para compreender a organização do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) é necessário o remonte de alguns processos intrínsecos a sua criação. O seu surgimento foi parte de uma construção que visava a estruturação de um projeto de desenvolvimento para o Brasil a partir de algumas bases essenciais, tendo o “Programa de Reparcelamento Econômico” lugar de destaque, com o BNDE na posição de gestor. Iniciou-se uma cooperação, com a entrada em funcionamento da Comissão Mista, entre Brasil e Estados Unidos (CMBEU), criada em dezembro de 1950. Esta Comissão era composta por técnicos de ambos os países e teria como objetivo o Estudo dos problemas básicos da economia brasileira, bem como a proposição de soluções para estes problemas. Os estudos preliminares da Comissão Mista estabeleciam que para conseguir o melhoramento da produtividade do Brasil com o reparcelamento das funções mais diretamente ligadas ao Estado (portos, meios de transporte, energia elétrica e indústrias básicas) ou mesmo o incentivo da iniciativa privada, seria necessário cerca de 20 bilhões de cruzeiros, sendo que metade deste valor deveria ser gasto no exterior com importação de equipamentos e serviços especializados.

O Plano de Desenvolvimento iniciou-se com os estudos para obtenção dos recursos financeiros imprescindíveis à consecução do seu programa estabelecido em: reparcelamento de portos e dos sistemas de transporte; aumento da capacidade de armazenamento, frigoríficos e matadouros; elevação do potencial de energia; desenvolvimento das indústrias básicas; desenvolvimento da agricultura (BNDE, 1952).

As providências para a realização do Programa de Desenvolvimento foram, pouco a pouco, organizadas restando ainda à deliberação do órgão que iria gerir os recursos. Isto foi feito a partir da aprovação pelo Congresso Nacional da Lei 1.628 de 20 de junho de 1952, que dentre outras coisas, dispôs da criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), posto sobre a jurisdição do Ministério da Fazenda tendo como principal finalidade executar o programa de reparcelamento, ampliação e fomento econômico que traçara o Governo Federal. A criação do BNDE estava de pleno acordo com as políticas implementadas pelo nacional desenvolvimentismo, posto em prática efetivamente no segundo governo de Getúlio Vargas. Desde a sua criação, o banco já era caracterizado pela sua força e pelas possibilidades de desenvolvimento que ofereceria ao país em um período de longo prazo.

No setor administrativo, a autonomia do BNDE, previamente assegurada na sua condição de autarquia, foi consolidada pela legislação ao indicar que as despesas com pessoal do órgão não poderiam ser maior do que 2,5% do total dos recursos administrados. A descentralização institucional do órgão não significa, contudo, que ele esteja livre do controle e supervisões do Estado. A legislação criou o BNDE a uma tríplice vigilância: Presidente da República, já que o órgão é constituinte do

aparelho estatal e possui as suas ações atreladas à política geral estabelecida pelo Governo; o Tribunal de Contas, para quem o BNDE tem a obrigação de prestar contas dos seus financiamentos todos os anos; Congresso Nacional, o qual deve elaborar um relatório sobre a situação do “Programa de Reparcelamento Econômico” anualmente. O direito de tributar ou de regular as aplicações de determinadas instituições, exercido pelo Estado, é que tornou possível a orientação de volumosos recursos para a destinação do planejamento elaborado, ou seja, o BNDE beneficiou-se diretamente pela legitimidade do Estado em cobrar impostos de diferentes áreas e com diferentes argumentações deixando, mais uma vez, sublinhado a relação do órgão criado e o Poder Público.

Segundo as concepções que fundamentam as ações do BNDE, os financiamentos deveriam cuidar preferencialmente da anulação dos fatores considerados como entraves das ações de crescimento produtivo, configurando ineficiente funcionamento dos serviços e indústrias infraestruturais. Pretendia-se também atuar diretamente nos fatores que impulsionassem a independência de alguns setores produtivos, aliando-se diretamente à política de substituição de importações.

Nos primeiros anos deu-se prioridade aos projetos estudados e recomendados pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, que possuía como diretriz atender aos estudos que tivessem a seguinte característica: “eliminação de pontas de estrangulamento ou à criação de condições básicas para o desenvolvimento econômico; projetos complementares da iniciativa privada antes que substitutivas destas; que estivessem susceptíveis de realização prática e que fossem financiados não por meios inflacionários” (BNDE, 1963, p. 07). Os trabalhos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) ficaram restritos, quase na sua totalidade, à elaboração de projetos que se enquadravam na primeira parte do Plano de Reparcelamento Econômico, conferindo ao BNDES as condições de prosseguir nos projetos e dar continuidade nos seguintes estágios. O Programa de Reparcelamento Econômico foi dividido em 3 etapas: a) reparcelamento e melhoria de serviços básicos, como transporte, portos, energia, etc; b) desenvolvimento de indústrias de exportação ou substitutivas de importação; c) fomento e ampliação de todas as atividades econômicas, especialmente as de produção de bens de capital e de bens de consumo essencial (BNDE, 1953).

Outro organismo que participou da organização do BNDE, nos primeiros anos, foi a Comissão Econômica Para América Latina – CEPAL. A CEPAL vinha realizando diversos estudos sobre possíveis modelos de desenvolvimento aplicáveis aos países da América Latina, tendo como base ritmos de crescimento em longos períodos e suas projeções para o futuro. Realizou-se uma estreita cooperação entre os dois órgãos a partir de um convênio (1953) que criou, na sede do BNDE no Rio de Janeiro, um Grupo Misto de Estudos, composto por gestores dos dois órgãos. Com isso, iniciaria a coleta e a análise de dados com o objetivo de avaliar as possibilidades de desenvolvimento do Brasil por setores específicos. Este Grupo realizou trabalhos de levantamento e análise de dados estatísticos do período 1939-1953 que serviriam de base na realização dos projetos integrados à política desenvolvimentista.

Por fim, cabe mencionar que o S relativo a Social, na denominação do Banco (BNDES) só foi inserido na década de 80, culminando exatamente com a chamada década perdida.

BNDES E A METROPOLIZAÇÃO

As regiões metropolitanas do Brasil foram criadas oficialmente na década de 70. Contudo, o processo inerente a formação desta estrutura urbana ocorriam há pelo menos

três décadas anteriores, principalmente a partir da efetivação da política desenvolvimentista. Tal política, pautada no programa de substituição de importações, promoveu um intenso fluxo migratório na direção das áreas receptoras de investimentos. Tais áreas eram na sua maioria espaços urbanos, ou em vias de urbanização. A quantidade de cidades com população igual ou superior a cem mil habitantes cresceu aceleradamente em meados do século XX, já que em 1940 o total destas cidades era de 18 e em 1990 o número ultrapassou a marca de 180 (SANTOS, 1996). Este aumento quantitativo se reflete na qualificação de itens como: crescimento de transportes modernos, aumento da renda, melhorias no padrão de consumo, dentre outros benefícios.

O Estado brasileiro, na figura do BNDES, contribuiu significativamente na formação das regiões metropolitanas, tanto das nove primeiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém), quanto das que receberam este título nas décadas posteriores, como Santos, Campinas, Vitória, dentre outras. O poder decisório na criação de uma região metropolitana modificou-se com a Constituição de 1988, pois até então era o governo Federal que concedia tal *status* e atualmente são os governos estaduais.

No primeiro período de atuação do BNDES (1952-1958)¹ o objetivo era priorizar os financiamentos em infraestrutura a fim de dotar o território da materialidade necessária para uma efetiva integração econômica e, por conseguinte, aumentar o gargalo que freava o desenvolvimento urbano-industrial. Seguindo as orientações de gestores, o BNDES priorizou os setores de energia e transportes para que consolidasse uma estrutura na qual o processo de industrialização pudesse ocorrer sem problemas. Em 1952 ocorreu o primeiro financiamento realizado com a Rede Ferroviária Federal, possibilitando uma melhor ligação entre os principais pólos dinâmicos da região sudeste: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.

Dos 128 projetos contratados no período, 86 se encontravam na região sudeste, ou seja, cerca de 75% dos financiamentos foram direcionados para a região brasileira que atualmente possui a maior concentração urbana, inclusive com a presença da megalópole São Paulo-Campinas-Santos. Na posição de maior beneficiário do BNDES, o estado de São Paulo recebeu financiamentos para todos os setores, porém foi o industrial que mais se projetou. Dentre os contratos, destaco a Fábrica Nacional de Vagões, em Cruzeiro, a Fábrica de Ferramentas em São Roque, a Mecânica Pesada SA em Taubaté, Arno SA Indústria e Com. e Cia. Brasileira de Alumínio, ambas na cidade de São Paulo. Em 1958 ocorreram os principais contratos no setor automobilístico, ícone no processo desenvolvimentista através da via urbano-industrial. Destaco os casos da FRESINBRA, para fabricação de freios e equipamentos de sinalização, a COBRASMA Rockwell Eixos SA, para fabricação de peças e eixo de caminhão, a Walita Auto Peças SA, produzindo motor de arranque, a Pirelli SA, produzindo cabos e condutores elétricos, e a Wolkswagem do Brasil com a montagem dos próprios automóveis. Com exceção da última, localizada em São Bernardo do Campo, todas as demais foram instaladas na cidade de São Paulo. Cabe mencionar também, dois investimentos volumosos em infraestrutura, com a Estrada de Ferro Santos-Jundiá e para a Cia. Docas de Santos e Navegação Savônica, também em Santos. O Rio de Janeiro, ainda como centro político, recebeu investimentos através da Fábrica Nacional de Motores em Duque de Caxias, a Cia. Metalúrgica Bárbara e a Laminação Fluminense

¹ A periodização dos investimentos do BNDES foi proposta na dissertação de mestrado realizada pelo autor, com o título de: BNDES importante ordenador do território brasileiro, realizada na Universidade Federal Fluminense no ano de 2004. Esta periodização possui a seguinte organização: 1952-1958 / 1959-1967 / 1968-1981 / 1982-1989 / 1990-2002.

SA, ambas em São Gonçalo, bem como investimentos em infraestrutura como a Cia Fôrça e Luz Norte Fluminense. Já o estado de Minas Gerais recebeu seus investimentos em regiões bem diversificadas como Uberlândia através da Cia. Prada de Eletricidade, em Varginha com a Cia. Brasileira de Caldeiras e Divinópolis com a Cia. De Laminação e a Cimento Portland Pains.

Nas regiões sul e norte os investimentos ficaram restritos ao setor de infraestrutura, como são os casos da Usina Termoelétrica de Candiota, a Empresa de Navegação Frigorennen Ltda. em Porto Alegre e a Cia Fôrça e Luz do Paraná. Na região norte somente dois contratos foram efetivados: Serviços Elétricos do Estado do Amazonas e a Cia. De Petróleo da Amazônia, ambos na cidade de Manaus. Cabe ressaltar que esta área não figura entre as primeiras regiões metropolitanas criadas no país, contudo, atualmente já possui este título.

Na região nordeste, os estados da Bahia, Ceará e Pernambuco destacam-se neste período. Os três estados receberam investimentos somente no setor de infraestrutura, como são os casos da Usina Hidroelétrica do Funil e a Cia. Armazéns Gerais e Silos do Estado (CASEB) para a construção de silos, principalmente nas cidades de Feira de Santana e Salvador, Bahia. No Ceará destaco a Cia. Fôrça e Luz em Sobral com linhas de transmissão para Fortaleza, bem como a Rede Viação Cearense, ligando a cidade de Fortaleza com as cidades próximas.

No segundo período de atuação do BNDES (1959–1967), dos 275 contratos assinados, 73 foram destinados para o setor de infraestrutura, dos quais 48 para o eixo de energia. O setor industrial foi agraciado por 169 contratos, sendo as indústrias de base com 65 financiamentos, as indústrias de capital com 78 e as de consumo com 26, corroborando assim a idéia de crescimento da industrialização via substituição de importações. Como símbolo do processo de diversificação industrial e o crescimento urbano ocorreu a entrada das indústrias automobilísticas que, além dos fatores de ordem mundial, beneficiaram-se da ampla disseminação de indústrias de bens de capital, que produziam equipamentos necessários na montagem dos automóveis. Como exemplo, destaco a Farloc do Brasil SA que foi financiada em 1960, para produção de cristais de segurança (BLINDEX) tendo exatamente a indústria automobilística como maior cliente. Desta forma, a idéia de crescimento induzido com base na fórmula “indústria atrai indústria”, consolidou-se a partir da concentração da infraestrutura e indústrias de diferentes setores nos principais espaços urbanos.

Ocorreu uma efetiva concentração de investimentos do BNDES na região sudeste, principalmente nos espaços metropolitanos, ou que viriam a ser. Neste período destaco os financiamentos destinados a Cia. Metropolitana de Aço, estaleiro Ishikawajima do Brasil, ambos na cidade do Rio de Janeiro, bem como a Cia. Mercantil e Industrial Ingá, na cidade de Itaguaí e Guanabara Química Industrial, na cidade de São Gonçalo. Em São Paulo os investimentos que contribuíram com o adensamento urbano foram a Metalac, para produção de parafusos na cidade de São Paulo, a indústria metalúrgica Brassinter SA, em Osasco, a Brasinca SA de carroceria de caminhões, em São Caetano do Sul e a indústria automobilística Willys Overland do Brasil, em São Bernardo do Campo. A cidade de Cubatão, símbolo industrial na década de 80, também foi beneficiada com financiamentos no pólo petroquímico como o caso Cia. Brasileira de Estireno. Na região sul, Porto Alegre recebeu o estaleiro SÓ e a indústria de celulose Cambará. Já Curitiba recebeu a grande maioria dos financiamentos para o setor energético. No nordeste a taxa de investimentos em infraestrutura era semelhante a de indústrias. Destaco os financiamentos, 8% do total destinado a região, para a ampliação da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso, principalmente as subestações e linhas de transmissão para Recife e Salvador.

A cidade de Belém recebeu uma grande porcentagem dos financiamentos destinados a região Norte, principalmente na geração de energia com a empresa Fôrça e Luz do Pará e a Cia. Amazônica Têxtil de Aniagaem.

Cabe assinalar que neste período foi lançado pelo BNDES uma linha de financiamento a fundo perdido. Esta linha denominada de FUNTEC possuía como foco a construção e instrumentalização de departamentos universitários com o intuito de qualificar a mão-de-obra. Do total de 32 financiamentos, todos foram destinados aos centros urbanos da região sudeste, sendo 24 com o Rio de Janeiro, 6 com São Paulo e 2 com Belo Horizonte.

No terceiro período de investimentos do BNDES ocorreu a criação oficial das regiões metropolitanas. As zonas urbanas que ganharam tal denominação foram amplamente financiadas pelo governo, contudo, outras regiões já possuíam uma organização urbana que as elevariam a tal *status*. A década de 70 foi marcada pelo início do processo de desconcentração regional dos investimentos, resultando no processo de consolidação das 9 primeiras regiões metropolitanas. Todavia, as duas principais metrópoles, São Paulo e Rio de Janeiro, já iniciavam a diminuição do crescimento urbano. São Paulo e Rio de Janeiro possuíam cerca de 58% do total do incremento correspondente às nove regiões metropolitanas entre 1950 e 1960. No período posterior, 1960-1970, ocorreu um pequeno crescimento nesta proporção, alcançando 63% do total das RM, contudo este quantitativo decresce para pouco menos de três quintos entre 1970 e 1980. Se considerarmos a população urbana total do Brasil, a representação da metrópole fluminense e paulista diminui de 25,8% entre 1950-1960 para 18,7% entre 1970-1980. (SANTOS, 1996). Estes dados corroboram com a proposta de uma desmetropolização a partir da década de 80 e, principalmente na década de 90, com a formação de novas regiões metropolitanas, como Brasília, Manaus, Goiânia, Campinas, Natal, Campo Grande, dentre outras.

Outra característica deste período foi a promoção dos denominados pólos de desenvolvimento, com amplo financiamentos do BNDES. Dentre alguns exemplos, o Pólo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, o pólo industrial da Zona Franca de Manaus, no Amazonas, o Pólo Mineral de Carajás, no Pará, bem como os investimentos na expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste resultando no crescimento urbano desta região. Desta maneira, os investimentos do BNDES proporcionaram uma crescimento urbano significativo nos três primeiros períodos de atuações, resultando na consolidação de um país com a maior parte da população vivendo e/ou trabalhando em cidades, bem como em um crescimento desigual entre as macroregiões e as principais regiões metropolitanas até a década de 1980.

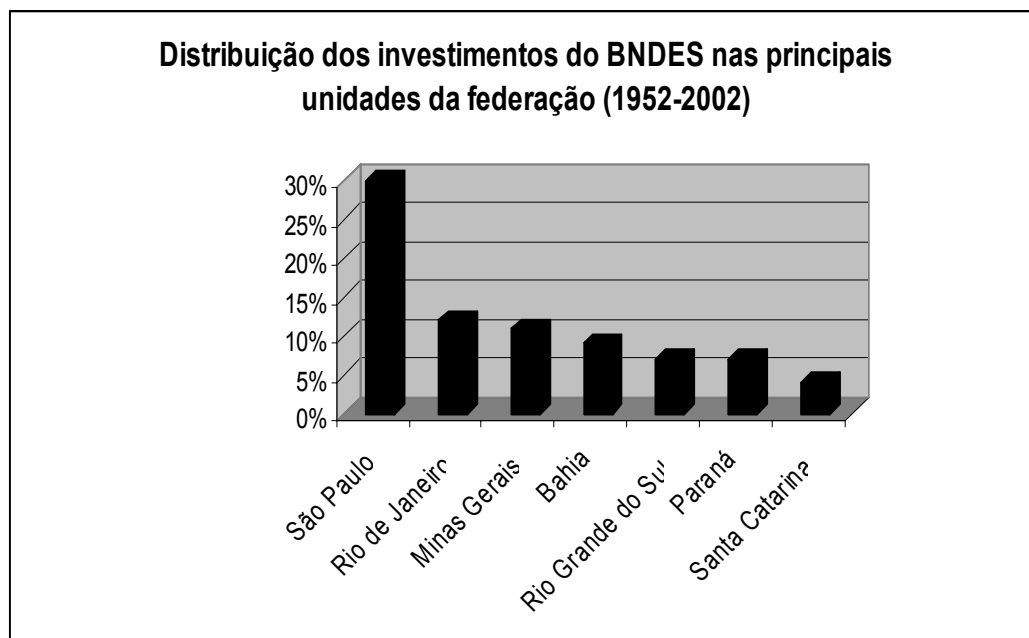
CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel do Banco nos parece bastante claro quando observa-se a sua estrutura de áreas de atuação: “desenvolvimento social e urbano ; modernização dos setores produtivos ; atuação regional ; infra-estrutura ; exportações ; micro, pequenas e médias empresas ; privatizações e mercado de capitais.” (BNDES, 2000).

O BNDES, com estas linhas de financiamentos, corrobora com as discontinuidades já existentes no Brasil, pois financiando o mercado de capitais, por exemplo, investe-se estritamente nas áreas já dotadas de modernizações. As áreas de atuação de infra-estrutura, exportação e modernização dos setores produtivos estão conjugadas no plano de “Brasil competitivo”, assim como um dos itens da área de infra-estrutura é exatamente “contribuir para a redução do “Custo Brasil”. Mas para que o Brasil se torne competitivo os investimentos são direcionados para as regiões onde a

existência de um meio técnico-científico já se encontra consolidada. Poderíamos inclusive caracterizar o BNDES como um importante agente da transformação de um período técnico para um período técnico-científico-informacional (SANTOS, 2001).

Sem maiores dificuldades podemos notar que a maioria destas áreas de atuação contempla, em grande parte, o que ficou conhecido como Região Concentrada (regiões Sul e Sudeste) e o estado da Bahia, como pode-se observar no gráfico a seguir:



Fonte: Relatórios de atividades do BNDES (1952 – 2002)

Desta maneira, o estado de São Paulo com 30% de todos os investimentos realizados pelo BNDES até 2002 acumula a principal concentração urbana do país, com ênfase na magalópole São Paulo-Campinas-Santos. O Rio de Janeiro que ocupa a segunda posição com 12% dos investimentos contém a segunda maior região metropolitana brasileira. O estado de Minas Gerais, além da região metropolitana de Belo Horizonte possui também outras aglomerações, como Uberlândia e Ipatinga, amplamente financiadas pelo BNDES. A Bahia representa o principal estado da região nordeste, com cerca de 45% de todos os financiamentos destinados a região. A região metropolitana de Salvador e o Pólo Petroquímico de Camaçari são os principais beneficiários. Rio Grande do Sul também possui grande parte dos financiamentos concentrados na região metropolitana de Porto Alegre, assim como o Paraná que concentrou, até a década de 80, os investimentos em Curitiba e municípios conurbados. Contudo, apesar de não aparecer neste trabalho, o estado do Paraná também recebeu importantes investimentos no interior, resultando inclusive na tendência de formação da região metropolitana de Londrina e Maringá. Neste mesmo caso aparece o estado de Santa Catarina, que apresenta uma relativa dispersão espacial, mas com a formação de significativas aglomerações urbanas, onde já se discute a aplicação do conceito de região metropolitana, como são os casos de Florianópolis e o vale do Itajaí com Blumenau, Itajaí, Camboriu e Joinville.

Desta maneira, é correto afirmar que o Estado brasileiro, através do principal banco de investimentos, atua de maneira efetiva em todo o processo histórico da urbanização brasileira. O BNDES contribuiu de maneira significativa na formação e consolidação das nove primeiras regiões metropolitanas, criadas ainda na década de 70. Nas décadas seguintes o banco continua a promover investimentos nestas áreas, todavia,

fomentando uma desconcentração espacial que resultou no processo de desmetropolização. Esta desmetropolização resultou em novas concentrações urbanas, bem como em novas regiões metropolitanas, ou seja, mantendo o processo de concentração espacial. Tal concentração fica mais clara na consolidação da Região Concentrada que, além dos investimentos com o intuito de promover o crescimento econômico, recebe também projetos para melhorar situações promovidas por investimentos anteriores com conseqüências não dimensionadas. É notório também, que muito dos financiamentos no setor social são investidos na própria Região Concentrada, principalmente nas grandes metrópoles, já que o elevado desenvolvimento desta região fez com que houvesse também um aumento populacional descontrolado.

Para finalizar, gostaria de ressaltar a certeza de ser o BNDES um importante agente nas transformações territoriais no Brasil nos últimos 50 anos, bem como um indutor da concentração urbana e do processo de metropolização, conseguindo convergir os dois formadores dos sistemas técnicos: os objetos (materialidade) e a elaboração das normas (políticas). Mesmo com todo o discurso de que a função do Estado não é mais o de produtor de bens e serviços e sim o de regulador das concessões de serviços públicos, creio que o BNDES, ainda hoje, se reafirma como um dos principais braços do Estado no ordenamento territorial em todo o país. Podemos dizer também que reproduz uma estrutura oriunda desde a colonização, deixando bastante claro a complexidade em que se transformou a leitura do território brasileiro a partir de um novo ordenamento, com novas materialidades, novas normas que regem as ações, e tudo isto com uma visibilidade cada vez menos nítida.

O que deve ser analisado também é se a constituição desta ordem é apropriada pela nação, ou se cada vez mais está servindo à interesses corporativos e na maioria das vezes estranho aos lugares incorporados, formando as redes de fluidez “desnecessárias” quando se pensa num projeto social para o país como um todo.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manoel C. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: *Território: Globalização e Fragmentação*. São Paulo, Hucitec, 1994.
- BERNARDO, João. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo, Ed. Cortez, 1991.
- BERTHA, Becker. Questões sobre tecnologia e gestão do território nacional. In: *Tecnologia e Gestão do Território*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 1988.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política*. 10^a ed., São Paulo, Paz e Terra, 2003.
- BNDES. *Relatório de Atividades*. Rio de Janeiro, 1952 – 2002.
- _____. *30 anos de BNDES: avaliação e rumos*. Área de Planejamento, Rio de Janeiro, 1982.
- _____. *Projeto Memória do BNDES*. Rio de Janeiro, 1985.
- _____. *50 anos, Histórias Setoriais*. Rio de Janeiro, 2002.
- FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Paz e Terra, Rio de Janeiro 1974.
- GEIGER, Pedro P. *Evolução da Rede Urbana Brasileira*. Ed Cebrap, Rio de Janeiro, 1967.
- LAFER, Celso. O Planejamento no Brasil: Observações sobre o Plano de Metas. In: *Planejamento no Brasil*. Editora Perspectiva, São Paulo, 1975.

- LESSA, Carlos. 15 Anos de Política Econômica. Editora Brasiliense, São Paulo, 3ª. Edição, 1982.
- MONTEIRO FILHA, Dulce Corrêa. O BNDES e seus critérios de financiamento industrial: 1952 a 1989. In: BNDES: Um Banco de Idéias – 50 anos refletindo o Brasil, BNDES, Rio de Janeiro, 2002.
- NAJBERG, Sheila. *A Participação do Estado na Economia Brasileira: caso do PIS e do PASEP*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Engenharia Industrial, PUC – Rio de Janeiro, 1981.
- SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro / São Paulo, Ed. Record, 2001.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. A B C do Desenvolvimento Urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.